

'PACOTE DE MALDADES'

GOVERNADOR QUER REDUZIR EM R\$ 7 MILHÕES REPASSE AOS USUÁRIOS DA CASSEMS

Reinaldo Azambuja enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul para pagar R\$ 7 milhões a menos a 180 mil usuários da Cassems. O plano de saúde teme inviabilidade financeira para atender os beneficiários por acumular perdas sucessivas. **Página 6**

DE NOVO | Página 4

Azambuja enviou projetos que interferem na vida funcional dos servidores sem discutir

MAIS UMA VEZ | Página 7

Governo rechaça servidor público acabando com o horário de funcionamento integral do Centro de Educação Infantil Zedu



MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO FUNDEB PERMANENTE E COM MAIS RECURSOS DA UNIÃO

FUNDEB NÃO PODE MORRER!

ACP continua na luta por uma educação de qualidade na escola pública brasileira

PÁGINA 8

SINPOL

Número de policiais civis afastados por problemas de saúde é crescente em MS



PÁGINA 5

EM TRÊS ANOS DE ATUAÇÃO

Sindetran-MS valoriza servidor público com conquistas e muita luta



PÁGINA 8

REQUEREU A SUSPENSÃO

Sindijus é contra projeto que cria gratificação a magistrados do Estado



PÁGINA 2

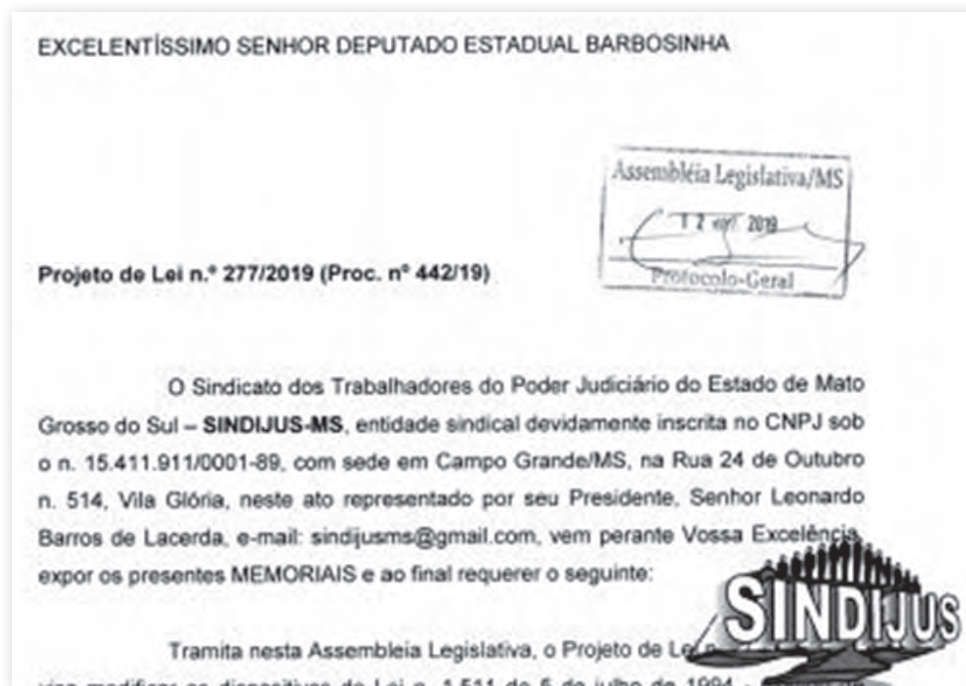
Sindijus protocola memorial requerendo suspensão de projeto de Lei que cria gratificação a magistrados

|| No dia 12 de novembro, a direção do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) protocolou memorial na Assembleia Legislativa (ALMS), ao deputado estadual Barbosinha — relator do Projeto de Lei n. 277/2019 na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), que visa modificar os dispositivos da Lei n. 1.511 de 5 de julho de 1994 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando também memoriais aos demais deputados membros da CCJR.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

No documento, o SINDIJUS-MS requereu o sobrestamento do andamento do Projeto de Lei 227/19, para que seja verificada a existência do estudo de impacto financeiro, visto que não está disponibilizado no andamento do projeto no site da Assembleia Legislativa; Bem como seja



oficiado ao TJ/MS sobre eventual autorização prévia do CNJ para pagamento de gratificação por cumulação de acervo processual, suspendendo, assim, o trâmite do Projeto de Lei.

Ressaltou ainda que “em consulta ao andamento do Projeto de Lei no site da Assembleia Legislativa, não consta, no ofício encaminhado pelo Tribunal de Justiça, o impacto financeiro do Projeto de Lei, apesar de haver menção de que suposta-

mente este documento estaria em anexo”.

Além disso, frisou-se que o valor da gratificação a ser criada corresponderá a 1/3 (um terço) do subsídio do magistrado, equivalente a 33,33%, para que o magistrado cumpra processos da própria vara e não por acumulação de juízo. O que se for concedido em larga escala, prejudicará enormemente as finanças do TJ/MS, impedindo reposições e investimentos em pessoal,

sem qualquer benefício à prestação jurisdicional.

Outro ponto destacado é que o Conselho Nacional de Justiça determinou que o pagamento de qualquer verba remuneratória ou indenizatória não prevista na LOMAN só poderia ser realizado após sua autorização prévia (art. 3º do Provimento 64/17 e Recomendação nº 31/18, do CNJ).

“Ademais, por motivo idêntico o CNJ vedou a



Leonardo Lacerda, presidente do Sindijus-MS

concretização de Lei que criaria auxílio transporte para a magistratura do nosso Estado, cujo projeto foi aprovado às vésperas do recesso forense de 2018, (Projeto nº 00007/2018 / Processo: 00011/2018) e encontrasse ‘aguardando sanção’ há quase um ano”, evidenciou no memorial.

Por fim, torna-se imperioso aguardar os esclarecimentos pelo

TJMS quanto a eventual permissão do CNJ, bem como aguardar a manifestação expressa do órgão nacional que controla administrativamente o Judiciário, a fim de evitar que mais uma vez os Poderes do nosso Estado sejam expostos de forma negativa a nível nacional pela falta de transparência e pelo não atendimento de princípios da Legalidade, Moralidade e Impessoalidade.

servidorpúblico.MS

Jornalista Responsável:
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:
(67) 99925-79847

E-mail: servidorpublico.ms@gmail.com

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto
Campo Grande (MS) – 79062-310



SINTSSMS
FUNDADO EM 20/10/1989

CUT BRASIL

DIIEESE

CMMS

Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social no MS

CAMPANHA DE VACINAÇÃO ANTIGRIPE 2020: Reserva da dose vai até o dia 30 de novembro

|| Pelo oitavo ano consecutivo, a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) abre agendamento para reserva de doses da “Campanha de Vacinação Antigripe 2020”, que pode ser feita até o dia 30 de novembro deste ano. O beneficiário interessado em se vacinar ainda pode fazer a sua reserva pelo Portal do Beneficiário (beneficiario.cassems.com.br). O valor de cada dose é de R\$ 70,00 e apenas o usuário titular do plano de saúde poderá garantir a sua dose e do seu grupo familiar. Para tirar dúvidas, o beneficiário deve ligar na Central de Atendimento (67) 3314-1010.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O objetivo da campanha é reduzir as interações decorrentes das infecções causadas pelo vírus influenza e a vacina oferecida pela Cassems protege contra os diversos subtipos do vírus da H1N1 e, na Caixa dos Servidores, pode ser tomada a partir dos três anos de idade. O Sistema Único de Saúde (SUS) distribui a vacina apenas para crianças menores de dois anos, gestantes e idosos acima de 60 anos, considerados grupos de risco. Dessa forma, uma grande parcela da população fica vulnerável ao vírus e suas consequências no

Compromisso com a prevenção

A Cassems realiza a campanha de agendamento de vacina antivírus há oito anos. Sendo um plano de saúde que se compromete com a medicina preventiva, um dos focos da Caixa dos Servidores é prevenir as patologias por meio de ações antecipadas, ao invés de curá-las ou tratar os seus sintomas. Também, a manutenção da saúde é uma prioridade, para que os beneficiários e seus familiares não abram margem para as danosas consequências de determinadas doenças.

período de inverno.

QUEM AMA, VACINA

A médica infectologista Marcia Dal Fabbro explica que a vacina contra a gripe é atualizada anualmente, pois os vírus passam por mutações. “A composição das substâncias da vacina também são atualizadas, após uma análise dos vírus que circularam no último ano”.

Para os beneficiários da Cassems será oferecida a vacina quadrivalente, que possui duas cepas do vírus A e duas cepas do Vírus B. Marcia afirma que essa substância garante mais ainda a segurança dos pacientes. “A vacina quadrivalente tem quatro sorotipos em sua composição, então, as pessoas que tomam essa dose tem um pouco mais de proteção da gripe”.

O vírus da gripe é altamente contagioso por meio de secreções, espirros e mãos contaminadas. De acordo com a médica infectologista,

por este motivo, é importante que toda a família faça uso da vacina para se proteger. “Quem está doente da gripe pode, facilmente, passar a doença para um familiar. Então, todos da família deveriam estar protegidos, principalmente, pessoas que têm uma doença como o câncer, que usam imunomoduladores ou quem tem a imunidade baixa. A família deve tomar muito cuidado e não trazer o vírus para dentro de casa”.

As contraindicações para a vacina são poucas e, antes do indivíduo decidir por adiar ou não tomar a dose, é fundamental que consulte um médico de referência, conforme apontado por Marcia Dal Fabbro. “Se o paciente tiver uma infecção aguda, por exemplo, a vacina é adiada. No entanto, as contraindicações são mínimas, esses pacientes devem ter a recomendação do próprios profissionais que cuidam deles”.

Além de informações



As doses da vacina preventiva contra a gripe podem ser reservadas pelo Portal do Beneficiário

precipitadas, alguns mitos cercam a questão da vacinação, como que o indivíduo necessariamente pega gripe após tomar a dose. Sobre isso, a médica infectologista esclarece que a informação não é verdadeira.

“A vacina leva um tempo para dar proteção, que se inicia após 15 dias do consumo da dose. Se, nesse período, o indivíduo entra em contato com alguém que tem gripe, a vacina ainda não garante a imunidade. Então, as pessoas acham que pegaram gripe por causa da imunização, mas, às vezes, também pode ser um outro vírus. Além disso, existe a possibilidade de ser um quadro gripal ou um resfriado, e os sintomas serem confundidos com a gripe”.

A orientação da médica é para que, mesmo em

A Gripe

A gripe H1N1 é causada por uma mutação do vírus da gripe, também conhecida como gripe Influenza tipo A ou gripe suína. Tornou-se popular após um surto que afetou a população mundial entre 2009 e 2010. Apesar dos sintomas e transmissão serem semelhantes aos da gripe comum, as complicações de saúde são mais graves. O vírus Influenza pode permanecer por duas a oito horas em superfícies e, por isso, a higiene torna-se ainda mais importante ainda.

meio aos compromissos do cotidiano, a família mantenha o compromisso com uma boa higiene, para combater não apenas o vírus da gripe, mas outras patologias. “Alguns métodos são importantes, como lavar as mãos, não levar as mãos sujas à boca ou aos olhos e levar sempre um álcool gel na bolsa para desinfetar as mãos”.

Com as crianças, o cuidado com a prevenção deve ser o mesmo e os respon-

sáveis podem contribuir para passar segurança aos seus filhos. “A família pode se vacinar em conjunto para encorajar os pequenos. Além disso, é preciso explicar para a criança que, apesar da dor, a vacina é uma medida em prol da saúde. É comum que alguns pais falem sobre injeção para ameaçar os seus filhos, então, a criança alimenta esse medo. É importante expor que a dor existe durante o procedimento, mas é rápida”.

Governo toma decisões sem ouvir categorias

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB), mais uma vez, ignorou os servidores públicos. Na semana passada foram enviados projetos que promovem mudanças nas carreiras de policiais civis, militares e procuradores do Estado. As entidades representativas dos policiais civis, policiais e bombeiros militares não foram chamados pelo governo para discutir os projetos antes do envio à Casa de Leis.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A situação é semelhante à de projetos que atingem os servidores e foram encaminhados anteriormente pelo governo estadual à Assembleia Legislativa. “Mais uma vez, o governo envia projetos sem discutir com as



“Chega a ser contraditório deixar o servidor que pode se aposentar na ativa enquanto responde a um processo administrativo disciplinar. Além disso, (o projeto) tem mudanças administrativas que a gente não tem noção de qual o objetivo, porque não fomos chamados para discutir”.

Giancarlo Miranda

Presidente do Sinpol

entidades que representam os servidores, sem falar o que quer, sem dis-

cutir soluções. O governo deveria ser mais democrático e chamar a gente para discutir alternativas, mas isso não acontece. É até arbitrário”, afirmou o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda.

Presidente da Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul (AME-MS), Thiago Mônaco também vê com ressalvas a atitude do governo. “Em momento algum, nos chamou para perguntar a opinião ou construir em conjunto. Só mandaram o projeto. Isso demonstra a falta de diálogo com as categorias”, lembrou.

O projeto altera o tempo para deixar a atividade, no caso de policiais militares. A proposta é que

auzente em cinco anos o tempo para o militar entrar para a reserva remunerada. A preocupação da AME-MS é que o governo tucano use a mudança para não fazer novos concursos. O efetivo já está defasado.

“Hoje, temos um efetivo de soldados que é menor que o de cabos, sendo que a base tem que ser maior. Esperamos que o governo não use esse recurso para minimizar a defasagem da tropa”, afirma Mônaco.

A outra mudança que afeta os militares e é considerada inconstitucional pela categoria é sobre os critérios para entrar na reserva remunerada. Pela proposta, quem está respondendo inquérito, processo ou foi condenado fica impedido de passar para a reserva remunerada. A entidade vê que o Estado condena antes do trânsito em julgado, ao não permitir que o servidor desfrute da reserva remunerada. “Vamos buscar uma emenda na Assembleia para deixar esse dispositivo de forma constitucional”, garante o presidente da AME-MS.

Em relação aos policiais civis, o projeto torna mais rígidas as promoções e mudam o pagamento de benefícios. O policial que comer falta disciplinar em atividade terá a aposentadoria cassada e aqueles que respondem a processos disciplinares só poderão



Reinaldo Azambuja, mais uma vez, ignorou os servidores públicos

ser exonerados a pedido ou aposentados voluntariamente após a conclusão dos processos. O auxílio-alimentação mensal também deixa de ter o valor obrigatório de R\$ 100, entre outras mudanças.

“Chega a ser contraditório deixar o servidor que pode se aposentar na ativa enquanto responde a um processo administrativo disciplinar. Além

disso, (o projeto) tem mudanças administrativas que a gente não tem noção de qual o objetivo, porque não fomos chamados para discutir”, garante Giancarlo Miranda.

Os projetos estão em tramitação na Assembleia Legislativa – a mesma que já permitiu o aumento do Fundersul e do ICMS da gasolina recentemente, apesar de protestos da sociedade.



“Em momento algum nos chamou para perguntar a opinião ou construir em conjunto. Só mandaram o projeto. Isso demonstra a falta de diálogo com as categorias”

Thiago Mônaco

Presidente da AME-MS

Número de policiais civis afastados por problemas de saúde é crescente

O Sinpol, ao longo dos últimos anos, tem visitado - rotineiramente - todas as regionais do Estado e percebido que o número de policiais civis afastados por problemas psicológicos ou psiquiátricos vem aumentando significativamente.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

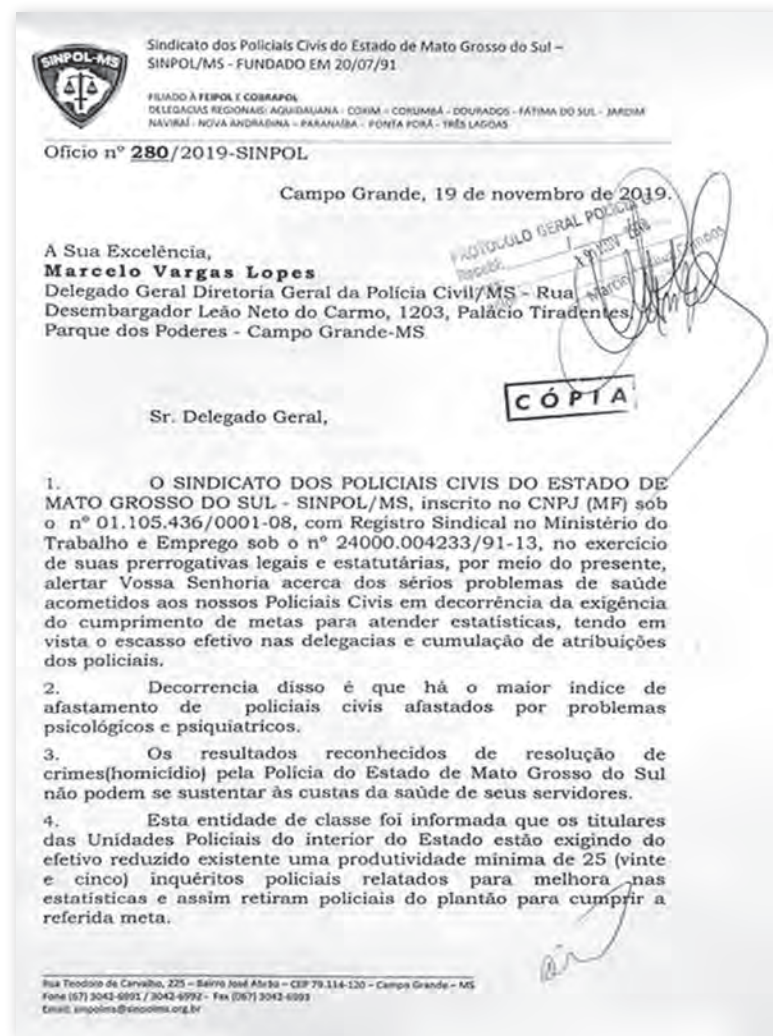
O policial civil exerce uma atividade de alto risco, estressante e intensa. O efetivo é insuficiente e a demanda para o servidor ativo aumenta significativamente, trabalhando inclusive em desvio de função ao custodiar presos em delegacias. Como se já não

bastasse tudo isso, o policial civil não é valorizado e recebe - aqui em Mato Grosso do Sul - um dos piores salários do País.

Preocupados com a realidade, na tarde da última terça-feira (20), o presidente do Sinpol, Giancarlo Miranda; o diretor jurídico, Hectore Ocampo Filho; e o diretor dos aposentados, Antônio Bianco, protocolaram um ofício para o Delegado-Geral da Polícia Civil, Marcelo Vargas. No documento, o Sinpol alerta o gestor sobre o alto índice de afastamentos por saúde, pedido pelos policiais civis nos últimos tempos. "Nossos policiais estão adoecendo e alguma coisa

precisa ser feita com urgência. Se exige muito, mas se valoriza pouco. Hoje temos um déficit muito grande no efetivo em todo o Estado. Muitos policiais se desdobram do jeito que podem para que a população ainda seja atendida, e como se isso já não fosse o bastante, tem delegacia exigindo produtividade para melhorar estatísticas", declarou Giancarlo.

O Sinpol reiterou ainda sobre a necessidade de convocar os aprovados no último concurso. "Os resultados reconhecidos de resolução de crimes pela Polícia Civil de MS não podem custar a saúde dos servidores", finalizou Giancarlo.



*Sujeito a análise de crédito.



WWW.SICOOB.COM.BR

CRÉDITO DO SICOOB

CRÉDITO CONSIGNADO DO SICOOB. PRA QUEM É MOVIDO A SONHOS, MAS NÃO TIRA OS PÉS DO CHÃO.

Faça parte do Sicoob e tenha vantagens exclusivas.

Escolha onde quer receber seu salário,
faça sua portabilidade salarial. É um
direito seu!

TAXA CONSIGNADO
1,25%a.m.
(em até 96 meses)



Agência Campo Grande
67 3321-9454
Av. Mato Grosso, 3195
Bairro Coophafé

Agência ACICG
67 3222-4160
Av. XV de Novembro, 390
Centro - Campo Grande-MS

Azambuja quer alterar lei para reduzir repasse em R\$ 7 milhões aos 180 mil beneficiários da Cassems

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) enviou projeto de lei à ALMS (Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul) para reduzir montante que chega a R\$ 7 milhões no ano de repasse do Executivo como contrapartida aos planos de saúde dos servidores estaduais.

Reprodução

www.midiamax.com.br

O Fórum de Servidores já se manifestou contra a proposta e adiantou que não há possibilidade de a diferença sair do bolso da categoria. Já a Cassems (Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul) teme que a situação do plano se torne inviável, considerando as perdas acumuladas com redução nos salários de professores convocados, ausência



Redução no repasse pode tornar o plano de saúde dos servidores inviável

de reajustes e desconto de 0,5% a título de taxa de administração conforme projeto do Executivo aprovado recentemente.

“Teria consequências muito ruins pra um plano que tem prestado serviço de excelência e contribuído para o sistema de saúde do Estado”,

rebateu Ricardo Ayache, que já procurou o presidente da Assembleia para tratar do assunto e espera que haja alteração no projeto.

A proposta altera previsão feita por lei na gestão do governador André Puccinelli (MDB) de acréscimo de 0,25% ao ano chegando a 5,25% em 2020. Atualmente, o repasse do Estado aos planos de saúde é está em 4,75%. De acordo com a lei, subiria a 5% em dezembro de 2019 chegando a 5,25% no ano seguinte, cumprindo integralmente o previsto. Com o projeto de Reinaldo, o percentual a partir desse ano passa a ter acréscimo de apenas 0,10% anual, com extensão do prazo até 2023.

“Há até risco de entrar em falência por falta dessa verba prevista”, teme o presidente do Fórum de Servidores e do Sin-

dijus-MS (Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul), Leonardo Lacerda. O receio é que a Cassems não consiga absorver a perda. “Como o salário dos servidores não é reajustado, não aumenta a mensalidade. Diferente dos planos privados onde o aumento chegou a 20%”, disse, reiterando a necessidade da contribuição patronal.

Segundo ele, para que a despesa saia do bolso da categoria somente se houvesse reforma do estatuto, o que está descartado por ora. Para o Fórum, será necessário debate sobre o projeto, a fim de reduzir a perda. “Se o Governo mantivesse o repasse em ao menos 0,15% seria uma preocupação menor”, informou, ressaltando que no caso do Judiciário a notícia do novo projeto de Reinaldo pegou a categoria de surpresa.

Perdas sucessivas

Inviável é a palavra usada pelo presidente da Cassems para definir o projeto. Ayache informou já ter procurado o próprio Governo e a ALMS. A intenção é que seja incluída uma emenda para reduzir o prazo. “Seria inviável pra nós um alargamento desse pra cinco anos”, adiantou.



Ricardo Ayache, presidente da Cassems

Atualmente a Cassems possui 52 mil associados titulares dentre os servidores estaduais. O número passa a 180 mil quando se considera os seus dependentes. Além disso, o plano possui convênio com 33 prefeituras, o que eleva o montante de usuários a 215 mil.

A redução de 0,15% no repasse patronal – que ao invés de aumentar 0,25% conforme previsto na lei atual passará a 0,10% se o projeto for aprovado – representa perda de R\$ 7 milhões ao ano. “Isso é uma redução pra nós muito importante porque os custos são crescentes”, afirmou Ayache.

Segundo ele, o plano já acumula perdas com a diminuição nos salários dos professores convocados e a incidência de 0,5% a título de percentual de administração sobre os valores repassados à Cassems e consignados. “Já são perdas que somadas a gente tem aí R\$ 6 milhões, mais R\$ 7 milhões, agora soma R\$ 13 milhões, isso aí seria muito complicado pra nós”, ressaltou.

De acordo com a Cassems, em vários municípios serviços oferecidos pelo plano suprem ausência da rede pública sendo os únicos disponíveis, como a UTI Neonatal em Três Lagoas e a oncologia em Dourados.

A reportagem acionou a assessoria do Governo de Mato Grosso do Sul sobre o caso, mas não obteve retorno até o fechamento da edição. Conforme a justificativa enviada pelo governador constante no projeto, ‘Mato Grosso do Sul está entre os estados brasileiros que enfrentam crise fiscal e precisam encontrar alternativas para equilibrar a situação e manter as contas em dia’.



“Como o salário dos servidores não é reajustado, não aumenta a mensalidade. Diferente dos planos privados onde o aumento chegou a 20%”.

Leonardo Lacerda

Presidente do Sindijus

GOVERNO DO ESTADO RECHAÇA SERVIDOR PÚBLICO, MAIS UMA VEZ, INICIANDO PROCESSO DE FECHAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZEDU

*José Carlos Bombassaro



de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, para atendimento de cerca de mais de 350 crianças, de seis meses a cinco anos, e destinada a abrigar filhos de servidores públicos lotados e em exercício em repartições estaduais instaladas e em funcionamento no Parque dos Poderes, no período de funcionamento das mesmas, ou seja, das 7h30 às 17h30.

O Centro da Educação Infantil “José Eduardo Martins Jallad”, o CEI ZEDU, foi fundado em 1983, através do Decreto Estadual nº 2.286, e inaugurado no ano seguinte pelo então governador do Estado

Desde outubro de 2007, através do Decreto nº 12.242, o CEI ZEDU é uma unidade administrada pela Secretaria de Estado de Educação (SED), estando na pasta da secretária Maria Cecília Amendola da Motta e Edio Antonio Resende de Castro, secretário de



Servidor não terá mais atendimento em tempo integral; a creche trabalhará só pela manhã ou à tarde a partir de 2020

Estado de Educação, em exercício, representantes do Governador Reinaldo Azambuja Silva na gestão desta unidade.

Diante de tantas dificuldades que os servidores

públicos encontram para se deslocarem ao parque dos poderes, muitos de ônibus, bem como em virtude do aumento da jornada de trabalho sem aumento real de salários há anos e sem previsão de reajustes, vem mais um pacote de maldades deste Governo Azambuja.

Agora foi iniciando um processo de fechamento da Educação Infantil disponibilizada aos servidores do Parque dos Poderes através da creche ZEDU. Foi informado às mães e aos pais de filhos na creche que a partir de 2020 a Instituição trabalhará **OU** de manhã **OU** à tarde, ou seja, o servidor não terá mais atendimento em tempo integral, sendo avisado aos pais somente em 22/11/2019 sobre os novos horários de atendimento da cre-

che, bem como que será necessária a escolha do período. Foi também informado que em 2021 a creche não atenderá mais as crianças dos servidores de 4 a 5 anos.

Eis que se inicia o **FECHAMENTO** da tão renomada creche do Estado, que há pouco foi notícia pelo evento de 35 anos onde compareceu Fabiana Martins Jallad Bumlai, irmã de José Eduardo, o ZEDU, que empresta o nome ao Centro de Educação Infantil, então neta do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, e filha da ex-deputada Celina Jallad, entre outros homenageados e ex-alunos do referido CEI ZEDU.

Alegações do governo, através de sua representante, a diretora atual da

creche é que há muitas reclamações na Ouvidoria e que há muita mídia negativa da Instituição, quer dizer que, servidores internos da Creche e pais não podem reclamar, não podem pontuar problemas e ocorrências impróprias no Estabelecimento, a fim de solucionar tais ocorrências pontuais, devem sim, calar-se, a fim de não aborrecer Secretários e Governador.

Sofrem assédio moral interno, como relatado pelas mídias eletrônicas, e agora do próprio governo, no sentido de que parem de reclamar, eu fecho o CEI. Em que ponto chegamos colegas.

**Auditor do Estado e presidente do Sindicato dos Auditores e Técnicos da Auditoria Geral do Estado MS - SINDAGE-MS.*

GUAICURUS
GRÁFICA RÁPIDA
3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

CARIMBO AUTOMÁTICO

R\$ 30,00

Carimbo automático Nykon 301 / 302

Em três anos de atuação, Sindetran valoriza os servidores com conquistas e muita luta

|| Em 2019 chega ao fim o mandato de três anos de Octacílio Sakai Junior e sua equipe à frente do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS). Período marcado por muitas batalhas e diversas conquistas para os servidores.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Entre as conquistas estão a aproximação entre o Sindicato e os servidores. Durante os três anos, Sakai visitou agências do Detran, na capital e no interior do Estado, e conversou com os servidores. “Conseguimos mudar uma realidade de distanciamento. Hoje estamos próximo do sindicalizado, ouvindo, apoiando e contribuindo para a melhoria das condições de trabalho. Temos prestação de



Aproximação com os servidores e reformulação do sindicato se destacam

contas e todos sabem como o dinheiro é gasto e quais serão os passos do sindicato”, explica Octacílio Sakai Junior.

A reformulação estrutural do Sindetran também se destaca. A atual diretoria acertou as finanças e conseguiu regularizar contas em atraso. A Sede do Sindicato, em Campo Grande, foi reformada, sendo criado um hotel

para servidores que precisam se hospedar na Capital. A estrutura conta com apartamentos, colchões e travesseiros novos, ar-condicionado, sala, cozinha e banheiro, tudo novo. A diretoria ainda comprou um veículo novo e reformou o clube de campo, que está disponível para os servidores. “A gestão dos recursos do Sindetran foi difícil no começo, mas

aos poucos colocamos a casa em ordem. A valorização dos recursos do servidores é uma das prioridades da nossa gestão. Não podemos brincar ao administrar o dinheiro do servidor”, comenta Sakai.

Pela primeira vez em anos, o Sindetran-MS passou a compor o rol de sindicatos atuantes em Mato Grosso do Sul. Jun-



Sindetran-MS e Fórum dos Servidores de MS lutam pelos direitos dos servidores

to ao Fórum dos Servidores de MS, o Sindetran-MS esteve em diversos embates com o Governo do Estado, lutando pelos direitos e a valorização dos servidores do Estado.

Em dezembro, o Sindetran-MS passa por uma nova eleição para composição de diretoria. Ao fim dos três anos de administração do Sindetran-MS, frente a vitórias

e derrotas, o presidente Octacílio Sakai Junior faz um apelo aos servidores do Detran para que mostrem a força da categoria. “Esse momento de eleição é muito importante para mostrar nossa união. Exercer a democracia, participar votando é muito importante para mostrar nossa força. Independente da chapa que escolha, vote. Participe!”, enfatiza Sakai.

FUNDEB não pode morrer! E agora essa é mais uma de nossas lutas!

|| 27 de novembro é Dia Nacional de Mobilização em Defesa do Fundeb Permanente e com mais recursos da União. Os profissionais da educação pública de todo o Brasil se unem cobrando a aprovação da PEC 15/2015. Em Campo Grande, ACP, Fetems e o vereador João Rocha realizam Audiência Pública, às 14h30, para debater e cobrar a aprovação do Novo Fundeb e a manutenção da vinculação constitucional de recursos para educação e saúde.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

FUNDEB

É fundamental a sua renovação sob pena de todo o sistema educacional brasileiro entrar em colapso. Criado com o objetivo de dirimir as desigualdades regionais no campo

da educação e na aplicação de seus recursos nas redes de ensino, o fim do FUNDEB representará um enorme impacto nas contas dos municípios, em especial os mais pobres. Sabemos que desse atual governo federal não virá empenho algum para qualquer propositura que renove o FUNDEB.

Só o nosso empenho em mais essa luta garantirá a vitória de nossas pautas. O financiamento da educação pública brasileira não pode prescindir de tão importante mecanismo de redistribuição de recursos em nosso País. É fundamental que façamos os debates sobre esse tema em nossas cidades e em nossas escolas, de modo que, as pessoas esclarecidas sobre a importância do FUNDEB, assumam essa luta como uma demanda de toda a sociedade brasileira, para além do campo da educação.

